

PROCESSO - A.I. Nº 281229.0015/99-0
RECORRENTE - ZIRON SOUZA RODRIGUES & CIA. LTDA
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE REVISTA – Acórdão 2ª CJF nº 2093-12/01
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 02.05.02

CÂMARA SUPERIOR

ACÓRDÃO CS Nº 0049-21/02

EMENTA: ICMS. 1. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito de admissibilidade do Recurso de Revista a indicação precisa de decisão divergente a ser tomada como paradigma e a conseqüente demonstração da identidade jurídica da mesma com a decisão recorrida. A decisão invocada, diz respeito a fatos e fundamentos de direito diversos dos que são analisados no presente caso. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Revista apresentado contra a Decisão proferida pela 2ª CJF, constante do Acórdão nº 2093-12/01, que em sede de Recurso Voluntário negou-lhe provimento para manter a exigência fiscal ora contestada, que trata da falta de recolhimento de imposto, apurada através de arbitramento da base de cálculo, por falta de apresentação de notas fiscais de saídas e de entradas, durante todo o exercício de 1994.

Alega o sujeito passivo, no Recurso em apreço – fls. 312 a 322 – para efeito de sua admissibilidade que os Acórdãos nºs 0019/00, da Câmara de Julgamento Fiscal, e 460/01, da lavra da Câmara Superior, teriam decidido de maneira diversa a do presente Auto de Infração, embora tenham, segundo afirma, tratado de questão idêntica a ora sob apreciação; a primeira pela nulidade do arbitramento por inexistência de elementos que justificassem sua aplicação, e, a segunda, também pela nulidade, sob o argumento de que incabível o método aplicado para todo o exercício, em razão do extravio de parte dos documentos fiscais.

No mérito, repete os argumentos apresentados na sua peça defensiva e no seu Recurso Voluntário, no sentido de questionar a aplicação do método do arbitramento, alegando que apresentou documentos fiscais suficientes para possibilitar a fiscalização pela via normal, sendo desnecessária, a seu ver, a aplicação deste método, e que recolheu regularmente o imposto devido no período arbitrado, anexando documentos de arrecadação. Alega, ainda, que uma só intimação para apresentação de livros e documentos fiscais não seria suficiente, e que somente a não apresentação reiterada caracterizaria a impossibilidade ou indisposição do contribuinte, hipótese em que seria “conveniente” lavrar Auto de Infração por embargo à ação fiscal. Cita Decisão do CONSEF neste sentido. Conclui reiterando que caberia a comprovação de que a fiscalização não poderia ser feita através de outros métodos, citando, também, decisões deste Colegiado neste sentido, e pede o conhecimento do Recurso, para que seja decretada a nulidade ou a improcedência do Auto de Infração, muito embora não tenha contestado no Recurso de Revista a exigência do item 2 da autuação, que trata de omissão de saída apurada por levantamento quantitativo.

A PROFAZ, às fls. 347 e 348 – manifesta-se inicialmente pelo conhecimento do Recurso, por entender presente o requisito de admissibilidade desta espécie recursal em relação ao Acórdão CS nº 0460/01, que também trata de arbitramento por falta de apresentação de documentos fiscais em razão de extravio. No mérito, opina pelo improvimento do Recurso, consignando que a medida extrema do arbitramento foi justificada no caso presente, pelo fato de que, como os registros fiscais são comprovados pelos documentos fiscais e os referidos documentos extraviados representam uma grande parcela do exercício arbitrado, a autuação foi correta, ao contrário do ocorrido na Decisão Paradigma.

VOTO

“*Data venia*” o opinativo da douta PROFAZ, entendemos que inexistente requisito de admissibilidade para conhecimento do presente Recurso de Revista, por ausência de demonstração de nexo entre a Decisão Recorrida e as trazidas como paradigmas, bem como das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, como exige o art. 169, II, “a”, do RPAF/99.

E de fato o Acórdão nº 0019/00 apenas teve sua ementa transcrita sem que se demonstrasse tal nexo, contrariando o dispositivo regulamentar acima citado, ressaltando-se a laconicidade da mesma. Por outro lado, também foi apenas transcrita a ementa do Acórdão nº 0460/01, sem demonstração do nexo exigido pela legislação, e embora menos lacônica que a do outro acórdão, evidencia circunstância diversa da observada neste processo ora em análise, pois naquela Decisão afastou-se a exigência fiscal por ter sido aplicado o arbitramento para todo um exercício, quando apenas parte dos documentos fiscais foram extraviados, e no caso presente toda a documentação fiscal do exercício arbitrado não foi apresentada sob alegação de extravio.

Frise-se que este fato também demonstra que não houve Decisão divergente, pois diversas as circunstâncias presentes nos referidos lançamentos de ofício; como então se falar em Decisão Paradigma?

Do exposto, somos pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso de Revista apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **NÃO CONHECER** o Recurso de Revista apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281229.0015/99-0**, lavrado contra **ZIRON SOUZA RODRIGUES & CIA. LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$7.203,37**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 100% sobre **R\$3.682,75**, prevista no art. 42, IV, “i”, da Lei nº 7.014/96, consoante o art. 106, II, “c”, do CTN, e 70% sobre **R\$3.520,62**, prevista no art. 61, IV, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de abril de 2002

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFAZ